

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do CCP

Aquisição de serviços “desenvolvimento de serviços de formação /consultadoria no âmbito candidatura POISE -35-2019 –16, Promoção do Voluntariado – Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade”.

Artigo 1.º - Objeto do Contrato

O presente procedimento é designado por “desenvolvimento de serviços de formação /consultadoria no âmbito candidatura POISE -35-2019-16, Promoção do Voluntariado – Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade, concretiza-se por atividades sequenciais e distribuídas por fases prevendo formação / capacitação nas áreas:

- a) Ações de sensibilização para as entidades da economia social;
- b) Ações de formação para a prática de voluntariado;
- c) Formação para a prática de voluntariado em campos específicos.

O número total de horas de formação e sensibilização totalizam 144h

Artigo 2.º - Entidade Pública Contratante

Entidade Adjudicante é o Município de Alijó, com sede na Rua General Alves Pedrosa, n.º 13, 5070-051 Alijó, número de identificação de pessoa coletiva NIPC 506859487, com telefone n.º +351 259 957 100,fax n.º +351 259 959 738, endereço de correio eletrónico: geral@cm-alijo.pt, e é utilizada a seguinte plataforma eletrónica de contratação pública: “ACINGOV”, no endereço em www.acingov.pt

Artigo 3.º - Fundamentação da decisão do concurso

O procedimento é fundamentado na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP) na sua versão atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e a decisão de contratar é tomada pelo Senhor Presidente de Câmara.

Artigo 4.º - Prazo de execução

Os serviços prestados para a Promoção do Voluntariado – Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade, a contratualizar deverão ser prestados de maio a dezembro de 2021 a contar da data do contrato e concretiza-se pela realização de ações sequenciais e distribuídas por fases prevendo sensibilização, formação e capacitação nas áreas referidas no artigo 1.º.

- a) Ações de sensibilização para as entidades da economia social;
- b) Ações de formação para a prática de voluntariado;

c) Formação para a prática de voluntariado em campos específicos a contratualizar deverão ser prestados no período contar da data do contrato e incidirá sobre a área geográfica do Concelho e tendo o seu término a 30 de novembro do presente ano.

Artigo 5.º - Preço base

Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 47º do CCP, o preço base para o fornecimento dos serviços de consultadoria (conforme mapa de serviços que se anexa) é de 11 520,00€ (onze mil e quinhentos e vinte euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O preço base foi obtido através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP, na sua versão atual. Considerando que o preço base que se propõe fixar no presente procedimento é de 11520,00€ (onze mil e quinhentos e vinte euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tal permite a adoção de um procedimento de Ajuste Direto, o qual se rege pelos artigos 113.º e seguintes do CCP

Artigo 6.º - Critério de Adjudicação

Nos termos do n.º 2 do artigo 74º do CCP a adjudicação será feita de acordo com o critério do proposto, um preço máximo no caderno de encargos enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

Artigo 7.º - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica aCinGov, à qual se pode ter acesso em <https://www.acingov.pt>.

Artigo 8.º - Elementos da Proposta

1. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a) Indicação do valor global da proposta.
2. A proposta deve mencionar expressamente que o preço acresce o IVA, com indicação da taxa legal em vigor.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, elaborada em papel timbrado da empresa.
4. A proposta poderá fazer referencia a aspetos e factos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa à prestação de serviço que se propõe apresentar.
5. Conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57º a proposta é também constituída pela declaração do anexo I ao Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

Artigo 9.º - Prazo de manutenção da proposta

Nos termos do artigo 65º do CCP, o concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 10.º - Exclusão das propostas

As propostas são excluídas, caso se verifique qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 70º do CCP.

Artigo 11.º - Contrato

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 95º do CCP o presente contrato será reduzido a escrito, uma vez que o valor do contrato excede o limite previsto na alínea a) do artigo 95.º do CCP.

2. De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 96º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) a proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Artigo 12.º - Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP não é exigível a prestação de caução.

Artigo 13.º - Faturação e condições de pagamento

A faturação efetuada após o fornecimento. O pagamento será efetuado após aceitação das faturas, num prazo de 30 dias da seguinte forma:

- a) 30% do valor contratual (), 30 dias após a assinatura do contrato
- b) 45% do valor contratual (), a meio da implementação do serviço, mediante a prestação do serviço corresponde;
- c) 25% do valor contratual (+ IVA), no fim da implementação do serviço, mediante a prestação do serviço corresponde;

Artigo 14.º - Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, exceto se a situação se enquadrar no previsto no artigo 16º.
2. Caso não se enquadre no ponto mencionado anteriormente, o Município reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sendo obrigação do adjudicatário pagar uma indemnização ao adjudicante que pode variar de 5% a 15% do valor de adjudicado, sendo que nos incumprimentos parciais, por cada dia de atraso a coima a pagar ao Município seja de 0,5% do valor contratual.
3. Na determinação da gravidade dos incumprimentos ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

Artigo 15.º - Casos de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 16.º – Resolução por parte do adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do fornecedor/prestador de serviços, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à entidade adjudicante proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito.
2. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorrido durante a execução do mesmo.

Artigo 17.º - Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte da Câmara Municipal, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao

adjudicatário proceder a resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito.

2. Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos 30 dias.

Artigo 18.º - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo fornecedor/prestador do serviço depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

Artigo 19.º - Dever de sigilo

1. O fornecedor/prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.

2. A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 20.º - Gestor de contrato

Paula Narciso Chefe da Divisão Paula Narciso

Artigo 21.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos na sua versão atual, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação aplicável.

O Presidente da Câmara

Eng.º José Rodrigues Paredes